



**ACÓRDÃO Nº 378/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11411/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Beruri
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Advogado:** não possui.
- 6- **Responsável:** Sr. Raimundo Marcelo Praia da Silva, Presidente e Ordenador de Despesas, à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº. 221/2018 - MPC- EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual Câmara Municipal de Beruri. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Alcances. Multas.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Raimundo Marcelo Praia da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Beruri, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2015, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas supracitadas;
- 10.2- **Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo Marcelo Praia da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Beruri e Ordenador de Despesas, glosando o valor de **R\$12.795,60** (doze mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos) pela não comprovação das despesas, relativas ao alto consumo de gêneros alimentícios, deixando, o gestor, de demonstrar o bom e regular uso do dinheiro público, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 19, da fundamentação deste Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Câmara Municipal de Beruri no **prazo de 30 dias**, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3- **Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo Marcelo Praia da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Beruri e Ordenador de Despesas, glosando o valor de **R\$ 200.423,00** (duzentos mil, quatrocentos e vinte e três reais) pela não comprovação dos



**ACÓRDÃO Nº 378/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

deslocamentos na concessão de diárias, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 21, da fundamentação deste Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Câmara Municipal de Beruri no **prazo de 30 dias**, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.4- Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Marcelo Praia da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Beruri e ordenador de despesas, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 9, 10, 11, 12, 13, 20 e 22, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AMFAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICEX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

**10.5- Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Marcelo Praia da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Beruri e Ordenador de Despesa, no valor de 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, itens 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 21, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICEX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Junho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado)

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 378/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 5C3A2378-65D3C7E9-7A60A346-17169B6B